

Agente Fiscal



DELEGACIA DO
UNAFISCO SINDICAL
NO RIO DE JANEIRO

Ano I • nº. 7
Setembro 2002

Rua Debret, 23, salas 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Rio de Janeiro/RJ

Audidores têm agenda cheia até o fim do ano

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal enfrentam neste segundo semestre mais uma animada temporada de mobilizações em Brasília. As duas Medidas Provisórias que alteram profundamente a vida dos AFRF na pauta da Câmara e a possibilidade de votação de uma mini-reforma tributária já justificariam acompanhar de perto as tramitações no Congresso Nacional. Tem mais: a lei que corrigiu a tabela do Imposto de Renda, alvo da campanha “Chega de Confisco”, desenvolvida pelo Unafisco com esta finalidade, perde a validade em 31 de dezembro de 2002, segundo o governo, por um equívoco em sua redação. A redução do limite de isenção para 2003 atinge em cheio a classe média e deve gerar muita gritaria. Em outubro, haverá eleições para presidente e CONAF. Que Agenda!



MANIFESTAÇÃO na visita do Secretário Adjunto da Receita Federal à 7ª Região Fiscal foi um dos pontos altos da mobilização este ano.

Lula no Agente Fiscal

Luiz Inácio Lula da Silva responde nesta edição às perguntas feitas pelo Agente Fiscal aos candidatos à presidência da república. Págs. 4 e 5



ÉVERSON BRESSAN

Editorial

Receita Federal e Cidadania: os dois lados da moeda. Pág. 2

Encartes

“Técnicos não são Auditores”
e “Soberania Sim, ALCA Não”

Unafisco Saúde

Nova chamada para eleição de representante local do Unafisco Saúde. Pág. 8

Receita Federal e Cidadania

Nos próximos meses, mais dois embates entre o governo Fernando Henrique Cardoso e os Auditores-Fiscais da Receita Federal prometem esquentar as discussões em torno de um modelo de Receita Federal. A categoria, que já escapou das políticas de desmonte do serviço público em ocasiões anteriores, tem pela frente agora as MPs 38/02 e 46/02, ambas com medidas engatilhadas contra as atribuições de Estado exclusivas dos Auditores-Fiscais.

Estão chegando também as eleições, sem que nenhum dos candidatos tenha efetivamente se comprometido com itens muito caros aos servidores públicos. Nesta edição, publicamos as respostas do candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às perguntas formuladas pelo *Agente Fiscal*. Lula, apesar de ser tido como o mais identificado com as causas dos servidores e de garantir uma Receita Federal fortalecida em seu governo, evita a questão da aposentadoria integral dos servidores públicos. Garante que respeitará os direitos adquiridos, mas admite que negociará uma reforma da previdência com os servidores.

DOIS ARTIGOS publicados recentemente nos jornais elevam o caráter estratégico da Receita muitos decibéis acima da arrecadação e da fiscalização como instrumentos macroeconômicos. O artigo do jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, no dia 06 de agosto, insinua ligações da Receita Federal com a Agência Brasileira de Informações (ABIN) e pede uma CPI para o órgão, alegando que “sua tradição é de perseguição para um lado, omissão para outro, e de corrupção para todos”.

O outro artigo é de Josias de Souza, publicado na Folha de São Paulo dois dias antes, e reconhece que o Ministério Público e a Receita Federal têm sido fundamentais para minguar o caixa dois na campanha eleitoral. Josias atribui o fato ao susto com o retorno de fantasmas do tempo de PC Farias e Collor, como as investigações dos empréstimos de José Carlos Martinez e de sonegação do próprio Collor, agora candidato ao governo de Alagoas.

Hélio Fernandes brada contra o uso político da Receita. Josias aponta que a Receita contribui para a população escolher melhores representantes. Sob perspectivas diferentes, o que ambos reivindicam é uma Receita Federal comprometida com a justiça e os direitos da cidadania.

FHC prefere ignorar este potencial, fragiliza a estrutura de funcionamento da Receita e ataca os Auditores-Fiscais através de Medidas Provisórias. Combater problemas como o tráfico de drogas e de armas, corrupção, sonegação fiscal, caixa dois, lavagem de dinheiro, contrabando, falsificação e fraudes contábeis não parece prioridade para este governo, que contenta-se em extorquir os honestos. Pedagogicamente, transmite ao país a sensação de que o crime compensa. E dá votos. A nós, cabe exatamente o contrário.

Ei, leitor! Ei, leitor!

Aqui quem está falando é o cantinho da página.

Esse mesmo. Ao lado do Editorial. Psiu!

Olha, ninguém escreveu nada para colocar neste espaço. Tanto Auditor, e estou aqui, fazendo essas letras escondido para não passar o jornal em branco.

Já pensou! As outras páginas todas cheias, letras, palavras difíceis e fotos.

Para mim nunca mandaram uma foto, daquelas com um monte de gente

Ei, leitor! Pêra, aí! Depois você lê o resto.

Sabem o que dizem de mim, que eu sou o cantinho da democracia. Me orgulha, mas de que adianta se fico vazio. JB, O Globo... Hummm... carioca só escreve para eles.

Eu queria ser Carta do Leitor nos *States*, para me publicarem em inglês.

Fazer o quê? Quem sabe no próximo mês aparece uma cartinha, um protesto, um correio do amor, qualquer coisa.

Ei, psiu, leitor, esquece de mim, não.

Disseram que eu agora só volto se tiver demanda.

Sei lá o que é isso.

Demanda.

Deve ser um tipo de texto.

Manda para mim.

Scchhhhhhhhh.

O jornalista vem aí.

Tchau.

O *Agente Fiscal* é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro PerezAlves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito/Impressão:** Arte & Criação Gráfica e Editora. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Mobilização dos Auditores-Fiscais: antes das eleições, depois das eleições

O calendário eleitoral é determinante na vida política do país, principalmente naquilo que depende do Congresso Nacional. São raros os parlamentares que não concorrem a algum cargo nas eleições de outubro e, portanto, estão em seus estados fazendo campanha. Após o recesso costumeiro de julho, deputados e senadores fixaram o calendário do recesso branco das urnas: em agosto, sessões concentradas apenas nos dias 6, 7, 27 e 28.

Quando este *Agente Fiscal* chegar aos leitores, já teremos o resultado do que aconteceu nos dias 27 e 28 de agosto, quando provavelmente entraria na pauta da Câmara a MP 38/02, um desafio que sequer constava no eixo de reivindicações quando o movimento começou, em abril passado. Junto com mimos ao empresariado — parcelamento de débitos tribu-



ANA MARY e João Abreu nas mobilizações em Brasília

tários e abrandamento das penalidades aos ilícitos —, e outras dificuldades ao procedimento de fiscalização, a MP 38/02 retira do texto da Lei Aduaneira a designação “Auditor-Fis-

cal do Tesouro Nacional” na verificação física de mercadorias, abrindo caminho para o cometimento de atribuições exclusivas dos AFRF a terceiros, inclusive de fora dos quadros da Receita.

Aí está, portanto, o desafio na temporada pré-eleitoral. Através de parlamentares aliados foram apresentados Destaques para Votação em Separado (DVS) com o objetivo de suprimir do texto os artigos lesivos aos interesses da Receita Federal, em que pese a iniciativa ter partido de sua própria administração(?). A DS/RJ e o Grupo de Trabalho Parlamentar vêm fazendo a aproximação com os parlamentares que poderiam influir decisivamente nesta votação, conforme matéria à página 7, e as caravanas dos estados estariam em Brasília para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Depois das eleições, atenção redobrada

Já com o dever cívico cumprido, devemos ter a votação da MP 46/02, que reestrutura a carreira dos auditores-fiscais e dá outras providências. Quando novembro chegar, o governo precisará limpar a pauta da Câmara dos Deputados para votar matérias que precisam ser votadas: a mini-reforma tributária, que acaba com a cumulatividade de COFINS, e PIS/PASEP; uma lei que evite a volta do limite de isenção do Imposto de Renda para R\$ 900,00; e o próprio Orçamento da União para 2003.

Enquanto não chega a hora de entrar em campo, os Auditores-Fiscais procuram manter-se concentrados. Como diz a canção de Chico Buarque, “qualquer desatenção, pode ser a gota d’água...” Desde o início do recesso parlamentar, toda semana há paralisações e

operação-padrão em todo o país. Já foram de 24 horas e no momento são de 72 horas. O ritmo ainda não é o ideal, em grande parte fruto do cansaço das mobilizações intensas no primeiro semestre. Quando este jornal chegar às suas mãos os novos rumos do movimento reivindicatório já estarão definidos, através de uma plenária marcada para o dia 29/08, em Brasília, e de uma assembléia nacional no dia 30/08. Uma coisa é certa. Seja de que maneira for, a mobilização deve continuar. O que está em jogo são as atribuições exclusivas da categoria, fundamentais para a definição do perfil da Receita Federal. Portanto, esteja atento e acompanhe, sempre que possível, através dos Boletins Informativos e da Internet, o andamento das votações no Congresso Nacional, principalmente das MPs 38/02 e 46/02

Relator agora é outro

Uma das dificuldades que os Auditores-Fiscais certamente terão pela frente é contornar as diferenças de concepção com o novo relator da matéria, o deputado federal goiano Jovair Arantes, do PSDB. Nos últimos anos, o parlamentar tem sido um dos principais defensores das propostas do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e destacado representante dos Técnicos da Receita Federal, categoria que

tem feito oposição a algumas das idéias defendidas pelo Unafisco Sindical para a estruturação das carreiras da Receita. Certas reivindicações dos TRF são inaceitáveis para o Unafisco, que não vê com bons olhos o que seria uma tentativa disfarçada de unificação dos cargos de auditor-fiscal e técnico, o que contraria as leis que regulamentam as atribuições na fiscalização e a própria Constituição Federal.

Informe jurídico

Ação da DEFIC

A DS/RJ impetrou, conforme aprovado em assembléia, uma ação na justiça pedindo a anulação da Portaria 558/01 que lotou AFRF na DEFIC. A diretoria do sindicato questiona a falta de critérios na alocação dos Auditores, que, inexplicavelmente, deixou de fora vários profissionais. Questiona ainda a falta de publicidade da Portaria e entende que foram desrespeitados vários princípios administrativos consagrados na Constituição. Em resposta aos questionamentos, a administração diz que usou de suas prerrogativas para fazer a reestruturação. Mas o jurista Marcelo Cerqueira, consultado pela DS/RJ, sustenta em nota técnica que a portaria tem “falhas insanáveis”. Como a administração da SRF mostrou-se insensível a qualquer possibilidade de rever a portaria, restou então caminho da justiça.

■ **TER O QUE FAZER:** Um curioso achou entre os projetos em andamento na Câmara dos Deputados a seguinte pérola de um deputado do Rio de Janeiro: “Fica proibida a utilização de motocicletas, motonetas e ciclomoteres por condutor e passageiro, ambos do sexo masculino, nas cidades com mais de 75 mil habitantes.”

■ **ÁRABES PROMOVEM BOICOTE A PRODUTOS NORTE-AMERICANOS:** Diversos países árabes e islâmicos vêm promovendo boicotes contra produtos e empresas dos EUA, incluindo redes de lanchonetes, refrigerantes, brinquedos, cigarros, cosméticos, roupas e carros. Entre as mais afetadas estão a Starbucks, a Coca-Cola, a Burger King, o McDonald's e a Disney.

Iniciados em setembro de 2000, quando eclodiu a nova Intifada (levante palestino), os boicotes se intensificaram em abril, com as operações militares do Exército israelense na Cisjordânia, em protesto contra o apoio dos EUA a Israel.

“O boicote cresceu novamente, mas de forma pior”, diz Mahmud al Kaissuni, executivo da Americana Foods no Cairo. “Algumas cadeias sofreram perdas de 50% [nas vendas].”

As exportações norte-americanas para a Arábia Saudita caíram 33% (para US\$ 2,8 bilhões) entre setembro – quando foram realizados os atentados terroristas contra Nova York e o Pentágono – e março. No primeiro trimestre deste ano, as exportações caíram 43% em relação ao mesmo período de 2001. “Definitivamente, a razão é política” acredita o empresário Bisher Bakhit.

Artigo publicado por Paulo Daniel Farah, na Folha de São Paulo, pág. A8, 13/7/2002.

■ **BRASIL E O FMI:** “Este acordo foi uma das maiores tramóias da história econômica do Brasil: assumimos dessa vez mais US\$ 30 bilhões de dívidas, só para dar tempo dos bancos estrangeiros tirarem seu dinheiro do Brasil. Só agora o verdadeiro significado desse acordo está aparecendo nos jornais. (...) O fato é que o “Financial Times” e “The Economist”, dois veículos que dão o tom à mídia em questões de economia internacional, anunciaram que o Brasil muito provavelmente vai quebrar. Isso explicaria a determinação dos bancos de retirarem seu dinheiro do Brasil e a ordem dos bancos centrais [dos países desenvolvidos] para que reduzam sua exposição [créditos]. O “Financial Times” disse que para o Brasil “O jogo acabou”. “The Economist” falou na probabilidade de uma moratória e até deu a receita de quanto o Brasil economizaria com uma renegociação da dívida a juros mais baixos.

Trechos do artigo “A verdade sobre o Acordo com a FMI”, de Mauro Santayana, Agência Carta Maior, em 20/08/2002.

Lula: “Nosso sistema trib

■ *Ao longo de sua vida profissional, os servidores públicos contribuíram para uma aposentadoria integral. O Sistema Previdenciário, no entanto, por motivos adversos, encontra-se hoje em déficit. Qual a sua proposta para a garantia de que, aposentando-se, o servidor receberá a previdência integral?*

LULA: Atualmente, nós temos uma economia informal maior do que a formal. Ou seja, muita gente está sem contribuir para a previdência social. É preciso, então, recuperar a capacidade do dinamismo da economia brasileira. É preciso incentivar a formalização do trabalhador brasileiro para que o incremento das atividades econômicas gere mais emprego, estimule as empresas a contratar mais gente e que isso seja feito com carteira assinada. Temos que estimular também as contribuições de trabalhadores autônomos, que vão precisar de uma aposentadoria quando ficarem mais velhos. Hoje no Brasil nós só temos 28 milhões de trabalhadores com carteira assinada e que contribuem para a previdência social. Esse é o problema: um desequilíbrio entre o número de contribuintes e aposentados. São 20 milhões de aposentados para 28 milhões de contribuintes. É uma relação muito pequena. Seria preciso, pelo menos, 40 milhões de contribuintes para 20 milhões de aposentados.

Com a retomada do crescimento, diminuição do desemprego e estímulos para a formalização da mão-de-obra, esse déficit na previdência social será preenchido. Além disso, precisamos criar a seguridade pública, que atenda desde a aposentadoria à questão da saúde.

No mundo inteiro, de acordo com o avanço das condições de trabalho, com a melhoria das condições de trabalho, com a longevidade das pessoas, aumenta-se o tempo de aposentadoria. Quer dizer, ao invés das pessoas se aposentarem aos 60 anos, elas podem se aposentar aos 65, aos 70. Mas no Brasil nós ainda estamos longe disso. Por isso vamos ter que evoluir. Quero juntar o movimento sindical – e vou fazer isso no 1º ano de governo, se ganhar as eleições – para que a gente comece a discutir um projeto de previdência social, que terá de ser pensado a longo prazo.

■ *Hoje é grande a sonegação, elisão, forte carga tributária sobre o assalariado, além da tributação fácil (CPMF). Quais as medidas que, se eleito, seu governo adotaria para fortalecer a Receita Federal?*

LULA: O próprio secretário da Receita Fede-



ral admite que de cada real tributado no Brasil existe um real que escapa às margens da arrecadação. Certamente é preciso aparelhar a Receita Federal para que ela possa desempenhar melhor o seu trabalho de fiscalização e combate à sonegação. É preciso dar melhores condições de trabalho e remuneração, valorizar e qualificar mais os funcionários e, fundamentalmente, implantar um suporte tecnológico de informática capaz de detectar as grandes fraudes.

■ *O país espera e necessita de uma Reforma Tributária. O Sr. concorda com isso? O que, se eleito, seu futuro governo pretende fazer, efetivamente, nesse sentido?*

LULA: Sem dúvida, o Brasil precisa de uma reforma tributária – e isso não é de hoje. Nosso sistema tributário é arcaico, ineficiente e injusto. Estudos mostram que a população de baixa renda, que recebe até dois salários-mínimos, arca com cerca de 28% de tributos sobre a sua renda. Por outro lado, o Brasil é um

“O sistema tributário é arcaico, ineficiente e injusto”

OLÍVIO LAMAS



sabem que sempre fui um negociador. Comecei minha carreira no sindicato negociando um grande acordo para os metalúrgicos do ABC. Sempre fui assim. Além disso, tenho dito às centrais sindicais, aos empresários, à sociedade como um todo que o nosso governo vai fazer os grandes acordos políticos necessários para resolver os problemas do país. Tanto trabalhadores como empresários vão se cansar de tanto que serão chamados para discutir comigo. Somente com base no diálogo vamos transformar o Brasil na nação que queremos.

■ *Um dos aspectos mais graves da situação econômica crítica em que o país se encontra é, sem dúvida, a enorme dívida pública. Qual a solução que sua candidatura propõe para o problema?*

LULA: Estamos metidos num círculo vicioso no qual a vulnerabilidade elevada mantém os juros altos, o que por sua vez freia o crescimento da economia, enquanto eleva o crescimento da dívida pública. É por isso que a importante relação dívida pública/PIB está em permanente crescimento. Para desatar esse nó devemos criar as condições para baixar a vulnerabilidade externa da nossa economia e baixar os juros para um nível que permita a retomada do crescimento. Para fazer isso é preciso investir na produção e não na especulação: políticas ousadas nas áreas industrial, agrícola, comercial e de serviços, para realizar o potencial do mercado interno e das exportações do nosso país.

■ *Sabendo-se que o atual controle da Aduana brasileira permite, como tem registrado a imprensa quase diariamente, a entrada de contrabando, armas, drogas, e que o modelo atual coloca em risco o trabalho dos fiscais, como seu futuro governo pretende tratar essa questão?*

LULA: É preciso combater o contrabando, seja de armas ou de produtos eletro-eletrônicos, com todo o rigor e determinação. Não é possível admitir que armas de grosso calibre cheguem às mãos dos marginais com tamanha facilidade como acontece hoje. Precisamos de uma ação mais eficaz, tanto da Polícia Federal como da Receita Federal e das Forças Armadas em nossas fronteiras, portos e principais acessos ao país. Isso não significa burocratizar ou dificultar as transações comerciais, mas sim criar um sistema de fiscalização mais ágil e eficiente, sem impor obstáculos para a ampliação do comércio brasileiro.

dos países que mais tributa a produção e as exportações com impostos que incidem várias vezes sobre o mesmo produto. São os tributos em cascata como o PIS, Cofins e a CPMF.

Uma reforma tributária deveria, em primeiro lugar, simplificar o conjunto de tributos, reduzindo aqueles que incidem sobre a mesma base de arrecadação. Em segundo lugar, é preciso transformar os tributos sobre faturamento em tributos de valor agregado, de modo a desonerar uma parte da produção. É preciso também aumentar a tributação sobre grandes fortunas e transmissão de bens por herança.

A reforma tributária tem também como objetivo imprimir um caráter progressivo à arrecadação. Hoje, o sistema tributário tem o caráter regressivo, incidindo mais sobre a população de baixa renda do que sobre os segmentos de alta renda. É preciso utilizar mais, por exemplo, o imposto de renda ou impostos sobre a propriedade que possam exercer

um papel redistributivo importante. Existe no Congresso um projeto de reforma tributária discutido na Comissão de Reforma Tributária que poderia ser início da discussão para uma reforma tributária no país.

Assumi o compromisso de enviar ao Congresso um projeto de reforma tributária no primeiro ano de governo. Ela terá como objetivo reduzir a injustiça. Quem ganha mais, vai pagar mais. Quem ganha menos, não vai pagar ou pagará menos. Vamos propor a modificação da incidência dos tributos, desonerando a produção e as exportações.

■ *Como se sabe a greve é uma das últimas instâncias legítimas da luta de todos os trabalhadores, como seu governo trataria uma possível greve no Serviço Público?*

LULA: A greve é de fato um direito legítimo do trabalhador. Não há como controlar ou impedir que ocorram. O que posso garantir é que se eu for eleito nosso governo será conhecido como o governo dos grandes acordos. Todos

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ				
PERÍODO DE 01/04/2002 ATÉ 30/04/2002		BALANCETE DE VERIFICAÇÃO		
	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	560.632,02	406.701,73	412.631,11	554.702,64
ATIVO CIRCULANTE	229.341,16	388.775,82	412.631,11	205.485,87
DISPONÍVEL	221.430,67	380.091,62	400.460,63	201.061,66
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	22.189,69	229.953,87	306.093,30	16.050,26
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	206.942,38	70.436,35	77.000,00	200.378,73
CHEQUES EM TRANSITO	(9.701,40)	9.701,40	17.367,33	(17.367,33)
DIREITOS REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES	7.910,49	8.684,20	12.170,48	4.424,21
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2.190,00	0,00	1.450,00	740,00
ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS	3.470,49	0,00	3.470,48	0,01
ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS	2.250,00	2.500,00	2.250,00	2.500,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	0,00	6.184,20	5.000,00	1.184,20
ATIVO PERMANENTE	331.290,86	17.925,91	0,00	349.216,77
IMOBILIZADO	331.290,86	17.925,91	0,00	349.216,77
IMOBILIZADO	331.290,86	17.925,91	0,00	349.216,77
PASSIVO	482.189,34	153.912,93	153.553,97	481.830,38
PASSIVO CIRCULANTE	9.981,13	153.912,93	153.553,97	9.622,17
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5.306,74	27.469,43	26.530,99	4.368,30
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5.306,74	27.469,43	26.530,99	4.368,30
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.674,39	126.443,50	127.022,98	5.253,87
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.674,39	126.443,50	127.022,98	5.253,87
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERÁVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	232.491,39	95.142,75	100,80	327.533,34
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	228.696,46	93.940,07	100,80	322.535,73
EVENTOS	18.753,15	13.822,91	0,00	32.576,06
CDS	763,66	400,91	0,00	1.164,57
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL	0,00	9.194,35	0,00	9.194,35
OUTROS EVENTOS	17.989,49	4.227,65	0,00	22.217,14
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	15.169,59	9.910,34	0,00	25.079,93
DESPESAS GERAIS - JORNALISMO E COMUNIC.	15.169,59	9.910,34	0,00	25.079,93
DESPESAS DO DEPTO. JURÍDICO	20.647,52	11.584,57	0,00	32.232,09
DESPESAS SOCIAIS - JURÍDICO	20.268,62	11.584,57	0,00	31.853,19
DESPESAS GERAIS - JURÍDICO	378,90	0,00	0,00	378,90
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	171.091,70	58.622,25	100,80	229.613,15
DESPESAS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	114.113,02	42.409,98	100,80	156.422,20
DESPESAS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO	56.978,68	16.212,27	0,00	73.190,45
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	3.034,50	0,00	0,00	3.034,50
DESPESAS FINANCEIRAS	3.604,11	1.202,68	0,00	4.806,79
DESPESAS FINANCEIRAS	3.604,11	1.202,68	0,00	4.806,79
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,82	0,00	0,00	190,82
RECEITAS	310.934,07	7.508,25	96.979,78	400.405,60
RECEITAS DE ATIV.DOS ESTATUTOS SOCIAIS	305.874,26	0,00	89.768,69	395.642,95
RECEITAS DE ASSOCIADOS	283.710,51	0,00	87.519,43	371.229,94
RECEITAS FINANCEIRAS	5.611,25	0,00	2.225,26	7.836,51
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16.552,50	0,00	24,00	16.576,50
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS	19.963,05	0,00	7.211,09	27.174,14
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	19.963,05	0,00	7.211,09	27.174,14
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(14.903,24)	7.508,25	0,00	(22.411,49)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(14.903,24)	7.508,25	0,00	(22.411,49)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período de um saldo de R\$ 78.872,26.
- 2 - OUTRAS OBRIGAÇÕES: o saldo refere-se à mensalidade Golden Cross, cobrada indevidamente de alguns associados e que até a data não compareceram à Delegacia Sindical/RJ para receber.
- 3 - (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

Aumento da mensalidade da Golden Cross

Prezado associado do plano da Golden Cross,

Recebemos comunicação da Golden Cross dando conta de que, de acordo com as normas previstas pela ANS, órgão controlador dos planos de saúde, estarão reajustando os valores vigentes em 9,55%, a partir de outubro de 2002, para aqueles associados que ainda pertencem ao plano da Golden Cross.

A mensalidade, a partir de outubro, passa a ser a seguinte (por pessoa):

DAME II	293,00
DAME III	652,47
DAME IV	959,77
GOLDEN MED	4,65

PROGRAMA FAIXA LIVRE

**Rádio Bandeirantes
1360 AM**

**De segunda a sexta,
das 07:30 às 09:00h**

**Política, economia,
notícias do dia e muito mais.**

**Às segundas-feiras
com a participação
do Unafisco Sindical/RJ**

Cometer atribuições exclusivas dos Auditores-Fiscais para terceiros é falta grave

A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro (DS/RJ) tem recebido informações de que em diversos locais do estado Técnicos da Receita Federal (TRF) têm assinado despachos decisórios e assumido a chefia de Auditores-Fiscais da Receita Federal.

A DS/RJ vem alertando, inclusive em reuniões com a administração da Receita, que o procedimento é ilegal e passível de punição. O ato realizado por pessoa incompetente é nulo, causa danos ao erário e pode responsabilizar quem comete tal função à pessoa incompetente, inclusive por improbidade administrativa.

A própria Superintendência Regional da Receita Federal – 7ª Região Fiscal, em resposta a uma consulta feita pela Delegacia de Nova

Iguaçu, condena a prática. Diz a Superintendência em seu Parecer nº 50/2000, acerca do teor dos artigos 1º e 2º do Decreto 3.611/2000: “(...)devem ser entendidos à luz de dois fundamentos básicos (i) o da exclusão das atribuições elencadas no art. 1º do âmbito possível de atuação dos Técnicos e (ii) do caráter auxiliar das atribuições dos Técnicos. (...) Neste sentido, deve-se entender que aquelas atribuições outorgadas aos Auditores estão iminentemente vedadas em relação aos Técnicos...”.

Sobre a chefia, parecer encomendado ao jurista Luiz Eduardo Cavalcanti Correa não deixa dúvidas. Em suas conclusões, diz “... a minha resposta à pergunta objetivamente formulada é no sentido de que **não tem razoa-**

bilidade, nem é possível se prover Técnico da Receita Federal em função pública de chefia ou direção que tenha por subordinados Auditores-Fiscais da Receita Federal...”.

A DS/RJ publica junto com esta edição uma versão no formato de cartilha de duas excelentes matérias publicadas no Boletim do Unafisco Nacional nos dias 19 e 20 de agosto deste ano. Ambos se baseiam em parecer da eminente jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro levam por terra a noção de que o pleito dos Técnicos é legítimo e deve ser relevado. Pelo contrário, mostram que as tentativas de ascensão estão passando por cima da lei e devem ser objeto de dura contestação por parte dos Auditores-Fiscais.

Encontros Políticos aproximam Auditores-Fiscais e parlamentares

A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro realiza desde o mês de julho uma série de Encontros Políticos com parlamentares e candidatos às eleições de outubro. Os primeiros encontros foram com os deputados federais Miro Teixeira (PDT) e Roberto Jeferson (PTB). Os dois são líderes de seus respectivos partidos na Câmara dos Deputados e têm sido valiosos aliados dos Auditores-Fiscais. Os partidos usarão os dois Destaques de Votação em Separado (DVS) a que têm direito cada um na votação da MP 38/02 para tentar suprimir do texto original os artigos lesivos à estrutura de funcionamento da Receita Federal. Ambos também se comprometeram a indicar para a Comissão Mista do Congresso Nacional que irá analisar a MP 46/02 deputados identificados com a causa: João Eduardo Dado, pelo PDT, e

Arnaldo Faria de Sá, pelo PTB.

Além de buscar aliados na atual legislatura, os encontros também preparam o Trabalho Parlamentar para os próximos anos, reunindo-se com possíveis integrantes do Congresso Nacional a partir de 2003. Estiveram na DS/RJ os candidatos a deputado estadual Pedro Costa (PDT) e Heloneida Studart (PT), os candidatos a deputado federal Miro Teixeira (PDT), Roberto Jeferson (PTB), Chico Alencar (PT), Luiz Alfredo Salomão (PT), Ricardo Maranhão (PSB) e o candidato a senador Edson Santos (PT). Ainda estavam previstos os encontros com os candidatos a deputado estadual Paulo Ramos (PDT), a deputada federal Vivaldo Barbosa (PDT) e Denise Frossard (PSDB) e o candidato a senador Leonel Brizola (PDT).

Candidatos a vice debatem no Auditório do Unafisco/RJ

O Unafisco Sindical obteve mais um sinal de seu prestígio junto à sociedade brasileira. No dia 12/08, os candidatos a vice-governador no Estado do Rio de Janeiro reuniram-se no Auditório da DS/RJ para debater os programas de governo de seus partidos, ou coligações, para o próximo mandato.

No Rio de Janeiro, a maioria dos candidatos já é conhecida da população e acumula experiência na vida pública. O sociólogo Luiz Eduardo Soares (PT), vice da atual governadora Benedita da Silva, foi secretário de segurança do estado até trombar de frente com o ex-governador Anthony Garotinho. O arquiteto Luis Paulo Conde (PSB), vice na chapa de Rosinha Matheus, foi vice-prefeito e prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O advogado Marcelo Cerqueira (PMDB), vice de Solange Amaral, foi presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, militante histórico, um dos maiores constitucionalistas do país. O delegado de polícia federal Flávio Furtado (PDT), vice de Jorge Roberto Silveira, era vice-prefeito do Município de Belford Roxo até candidatar-se. O menos conhecido do povo fluminense é o electricista Carlos Alberto Araújo Silveira, o Carlão (PSTU), vice de Ciro Garcia. Carlão foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro.

O debate transcorreu em clima de tranqüilidade, apesar de algumas críticas duras entre os candidatos no final do encontro. Com maior ou menor grau de detalhamento, todos destacaram a importância da fiscalização de fronteiras e de entrada e saída de mercadorias no estado como forma de combater a violência. A DS/RJ entregou a todos os candidatos uma pasta com material sobre a MP 38/02 e suas possíveis consequências para a Segurança Pública em nosso estado.

Estudantes participam de Concurso de Redação do Fórum Fisco/RJ sobre Tributação e Cidadania

O Fórum Fisco do Rio de Janeiro, do qual a DS/RJ faz parte, lançou esta semana o 1º Concurso de Redação sobre Tributação e Cidadania. O concurso é aberto a estudantes de nível médio e universitário de escolas e universidades públicas e particulares. A iniciativa tem a finalidade “de melhorar a compreensão da sociedade sobre o significado dos tributos e sobre a importância de que o dinheiro público seja utilizado de modo a atender às necessidades da população”, conforme folheto que divulga os prazos e o regulamento para a participação.

Os estudantes têm até o dia 30 de setembro para enviar sua redação, que será analisada por uma Comissão Julgadora formada por três integrantes escolhidos entre os

membros do Fórum Fisco e dois professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que assumiu a Coordenação Técnica do concurso. Os quatro primeiros colocados receberão prêmios que variam de R\$ 400,00 a R\$ 2.000,00. Além dos prêmios previstos, dois computadores serão doados a entidades beneficentes escolhidas pelos estabelecimentos de ensino onde estudam os primeiros classificados de cada categoria. O resultado final será divulgado no dia 29 de novembro. O regulamento completo está disponível na DS/RJ ou no site www.unafisco-rj.org.br. O concurso tem co-patrocinio da Pan-Americana S/A Produtos Químicos e apoio do FENAFISCO.

Unafisco Saúde tem novos Conselheiros

O Unafisco Saúde tem novos Conselheiros Curadores. A eleição aconteceu em assembléia realizada no dia 17 de julho. A partir de agora, o Conselho Curador da 7ª Região é formado pelo aposentado Antonio Wilson Cruz, que é titular, e pelo seu suplente, Pedro Delarue.

Antonio Wilson Cruz é Técnico em Contabilidade, Economista e pós-graduado pela Universidade de Harvard em Tributação Internacional.

Pedro Delarue, atual vice-presidente da DS/RJ, é engenheiro civil, pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O regulamento do Unafisco Saúde diz, em seu artigo 63, que compete ao Conselho Curador elaborar e modificar o Regimento Interno, emitir pareceres sobre alterações propostas à Assembléia Nacional dos Associados, acompanhar a gestão financeira e outras. Segundo Leunam Costa Leite, que foi Conselheiro até este ano, a missão precípua do Conselho Curador é zelar pela boa administra-



WILSON CRUZ (em primeiro plano), novo Conselheiro Curador do Unafisco Saúde, acompanha atentamente um dos Encontros Políticos na DS/RJ

ção do Unafisco Saúde, grande conquista e motivo de orgulho para a categoria. “A tarefa é honrosa e gratificante. Mas, a atual composição do Conselho precisa ser aperfeiçoada, pois não é justo atribuir-se a uma Região Fis-

cal com 1% do número total de associados a mesma representatividade da 7ª RF, onde se concentram mais de 35% do universo de associados do nosso Plano de Saúde” — afirmou Leunam.

Reabertas as inscrições para representante local da DS/RJ

Na mesma assembléia deveria ter sido eleito o Representante Local, no entanto, o cargo continua vago por falta de candidatos. Conforme o Artigo 67, compete ao Representante Local: auxiliar a DEN na gestão financeira do Unafisco Saúde; acompanhar a evolução das despesas locais, informando à DEN imediatamente a existência de despesas locais que excederem os parâmetros usuais de

gastos, quando for o caso; intermediar a relação dos associados com a administração do Unafisco Saúde.

A ausência do representante prejudica o relacionamento dos usuários com a direção, sem contar que os diretores do Unafisco acabam por assumir estas responsabilidades, gerando sobrecarga de trabalho.

A DS/RJ já definiu um novo período para

inscrever os candidatos: entre os dias 02 e 25 de setembro/2002. As inscrições serão feitas na própria DS/RJ. A Assembléia Local para realizar a eleição será no dia 09 de outubro. Caso não haja candidatos, a 7ª Região ficará sem representante. Veja no Espaço do Associado as idéias do novo Conselheiro Curador, Antonio Wilson Cruz, para sua gestão.

Espaço do associado

Entrei na Receita como Agente Fiscal do Imposto de Renda – AFIR, em 1967. Por ter logrado boa colocação no concurso (18º), fui lotado em Belo Horizonte, mas fiquei naquela cidade somente por três meses. Logo fui convidado para a assessoria do Diretor-Geral da Fazenda Nacional, cargo que equivalia na época ao que hoje é o Secretário da Receita Federal. Na DGFN trabalhei intensamente, tendo, inclusive participado no planejamento da criação da Secretaria da Receita Federal. Uma das contribuições que mais considero foi a de ter sido o Coordenador-Geral do Programa de Identificação de Contribuintes Omissos do Imposto de Renda, que ficou conhecido como “Operação Arrastão”. Nesse programa foi utilizado pela primeira vez, em escala nacional e reunindo uma grande massa de informações de diversas procedências, o conceito “sinais exteriores de riqueza”, do qual resultou mais que a duplicação do cadastro de contribuintes do Imposto de Renda. Fui

o criador do primeiro Código de Ocupações para utilizar nesse Programa. É de minha autoria também o Anexo 2 – “Rendimentos Isentos, Não Tributáveis ou Tributados Exclusivamente na Fonte”, bem como a inclusão na declaração do Imposto de Renda de informações destinadas a comparar os rendimentos declarados com a variação patrimonial.

Foram muitos momentos dos quais tenho orgulho, muitas histórias teria para contar. Fui Auditor Geral e Diretor dos Sistemas Econômico-Fiscais do SERPRO, que atendia à Receita Federal e diversos órgãos da União. Fui Diretor de Engenharia e Cadastro da Secretaria do Patrimônio da União. Fui diretor de algumas empresas privadas durante as licenças sem vencimento e Diretor de Operações da primeira *trading* brasileira. Em todas essas passagens fiz prevalecer meus princípios de honestidade, impedindo irregularidades e combatendo a corrupção. Disso me orgulho. Estou aposentado desde 1983. Ago-

ra, como Conselheiro Curador do Unafisco Saúde, pretendo usar a experiência que tenho para exercer na plenitude todas as atribuições. O mais próximo que estive desta área foi quando fui do Conselho Curador do Serpros – Fundo Multipatrocinado (ex-Serpros – Instituto de Seguridade Social). Estou procurando informações para melhor conhecer a estrutura, a organização, o funcionamento, o desempenho e os resultados do Unafisco Saúde, e assim poder contribuir, no limite de minhas atribuições, para que ele cumpra satisfatoriamente sua missão, com o mínimo de encargos possível para os seus associados. Além disso, por julgar de fundamental importância as medidas de prevenção, a elas pretendo dedicar especial empenho. É a contribuição que tenho a dar. Há três anos comecei a me aproximar do Unafisco, coisa que nunca tinha feito antes, e agora estou satisfeito em participar.

Antonio Wilson Cruz